



Direito Fiscal

No direito tributário prestamos serviços em todos os domínios.

Nunca é demais acentuar que, preferencialmente, os problemas não se resolvem, simplesmente, evitam-se. Desta forma, aconselhamos os nossos constituintes a, antes de levarem a efeito qualquer negócio de impacto financeiro relevante, perceberem quais as consequências fiscais dos seus actos. Pela nossa experiência, com uma frequência indesejável, vemos aparentes bons negócios transformados em maus negócios quando estas consequências poderiam ser evitadas se existisse o devido planeamento fiscal. Por outro lado, quando os actos jurídico-tributários já foram praticados, são necessárias intervenções no plano gracioso (junto de Serviços de Finanças, Direcções de Finanças, Direcções de Serviços, etc) e também no plano contencioso (seja junto dos tribunais tradicionais, seja junto de tribunais arbitrais), tendentes a restabelecer o equilíbrio entre os nossos deveres sociais e a necessidade crescente que o Estado tem de arrecadar tributos. Com uma equipa especialmente dedicada a esta área do Direito, fazendo desta litigância o seu quotidiano profissional, estamos em condições de prestar um serviço de excelência nesta matéria.

Domínios

- Aconselhamento preventivo;
- IRS, IRC, IVA, IMI, IMT, IUC, ISV e Imposto do Selo;
- Coimas e Crimes;
- Inspeções Tributárias (aplicação de métodos directos e indirectos);
- Reversões contra administradores e gerentes;
- Segurança Social;
- Benefícios fiscais;

Advogados



Camilo Lourenço

Advogado | Direito Fiscal

camilolourenco@paisdoamaral.pt

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano 2006, com a classificação final de 17 valores.

Advogado desde Maio de 2009, dedicando-se, desde essa data, prevalentemente ao direito fiscal, área que coordena na sociedade.

Participação em formações e colóquios, mormente na área do direito tributário (os últimos dos quais, “Curso de Contabilidade e Fiscalidade para Juristas”, organizado pela FEUC; “Desafios do Estado Fiscal” organizado pela FDUC; “Residentes estrangeiros em Portugal”, “Curso de Tributação Local” organizado pela AEDREL).

Artigos de opinião sobre tributação automóvel e sobre a amplitude do direito à informação no âmbito fiscal.

Línguas: Francês e Inglês.



Ana Luísa Paiva

Advogada-estagiária | Direito Fiscal

analuisapaiva@paisdoamaral.pt

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano 2019, com a classificação final de 17 valores.

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas com menção em Direito Fiscal, com a classificação final de 18 valores, atribuída em 2021 pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Exerceu funções como Monitora Convidada na Secção de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre 2019 e 2021, encontrando-se adstrita às unidades curriculares de Direito Constitucional (I e II) e Direito da União Europeia (I e II).

Formadora certificada pelo IEFP desde dezembro de 2020.

Ler mais

Autora da Dissertação “A Tributação das PME: Em Especial o Regime Simplificado de Determinação da Matéria Coletável em Sede de IRC e o IVA de Caixa”.

Galardoada com vários prémios ao longo do percurso académico, entre eles: Prémio Doutor

Marnoco e Souza; Prémio Doutor Beleza dos Santos; vários Prémios relativos aos 3% melhores

Estudantes da Universidade de Coimbra.

Detentora de Certificados de Participação em vários eventos realizados na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre eles: Congresso Internacional de Comemoração dos 50 anos do Código Civil; Colóquio Internacional Comemorativo da Abolição da Pena de Morte em Portugal; Colóquio: “A Despesa Pública na encruzilhada do século XXI: que Desafios?”.

Línguas: Espanhol, Inglês e Francês.

[Ler mais](#)

Advogado desde Maio de 2009, dedicando-se, desde essa data, prevalentemente ao direito fiscal, área que coordena na sociedade.

Participação em formações e colóquios, mormente na área do direito tributário (o último dos quais, “Curso de Contabilidade e Fiscalidade para Juristas”, da FEU

Artigos de opinião sobre tributação automóvel e sobre a amplitude do direito à informação no âmbito fiscal.

Línguas: Francês e Inglês.

Imprensa e Publicações

[Ver tudo](#)

PUBLICAÇÃO

Relatório de análise e de reflexão crítica sobre o anteprojecto de revisão do código dos contratos públicos

O presente texto corresponde ao Relatório que acolhe os resultados das reflexões dos membros do Grupo de Contratação Pública do CEDIPRE(GCP) sobre o Anteprojecto de Revisão do Código dos Contratos Públicos. O conteúdo do Relatório resulta das contribuições

[Ver mais](#)

PUBLICAÇÃO

A relevância dos princípios jurídicos na demolição de obras e edificações ilegais

No Âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Coimbra, FDUC, 2010

[Ver mais](#)

PUBLICAÇÃO

O urbanismo, o ordenamento do território e os tribunais

A Natureza Jurídica do Acto de Licenciamento Urbanístico. Contributos para um Estudo da Natureza Jurídica da Licença Urbanística in O Urbanismo, o Ordenamento do Território e os Tribunais, coord. de Fernanda Paula Oliveira, Coimbra, Almedina, 2010

[Ver mais](#)

PUBLICAÇÃO

Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da Administração Pública

Pese embora a Lei n.º 112/2017, de 29/12 tenha entrado em vigor no dia 1 de janeiro de 2018, são vários os procedimentos de regularização dos vínculos precários que ainda estão a decorrer na nossa Administração Pública

[Ver mais](#)

Comece a sua jornada, marque uma consulta.

[Agendar consulta](#)



Pais do Amaral

[Início](#)
[Sociedade](#)
[Responsabilidade Social](#)
[Imprensa e Publicações](#)
[Contactos](#)

Áreas de Prática

[Direito Administrativo](#)
[Direito Fiscal](#)
[Outras Áreas](#)

Contactos

 239 826 922/239 070 770
 geral@paisdoamaral.pt
 Avenida Fernão de Magalhães, 240-3º andar, Coimbra

Informação

[Política de Privacidade](#)
[Política de Cookies](#)
[Termos e Condições](#)
[Livro de Reclamações](#)

Copyright 2024 © Pais do Amaral Advogados. Todos os direitos reservados.